

DESIGUALDADES METROPOLITANAS: LIMITES E POSSIBILIDADES

Alcindo José de Sá¹

RESUMO

A substância histórica na feitura territorial do mundo teleguiado pelo dinheiro e razão capitalistas se pauta pelo desenvolvimento desigual e combinado, isto é, por limites/fronteiras interurbanas e intra-urbanas; ou seja, por diacronias espaciais, bem expressas nas suas variadas densidades técnicas, que justificam e fomentam a extração da mais-valia absoluta e relativa, fonte do lucro e da acumulação ampliada do capital. Todavia, essa razão instrumental mercadológica discricionária, no rastro dos processos velozes de globalização, vem impondo limites à construção de uma cidade como sinônimo de civilidade, ou seja, um assentamento humano onde os homens possam se encontrar e conviver, já que as normas e regulações impostas pelo Estado e pelo mercado têm enrijecido os muros visíveis e invisíveis dos Estados-nação, da *polis* e das casas, gerando conflitos “pós-modernos”, quiçá como possibilidades à construção de uma outra *urbis*, de uma outra civilidade.

Palavras-chaves: segregação sócio-espacial, economia política, espaço urbano

Abstract

The historical essence involved in the making of the money oriented and capitalist reasoning territorial world is based on uneven development. It expresses itself by inter-urban limits and borderlines, which are spatially diachronic, well represented by a spatial technical density variety, which justify and nourish the extraction of the absolute and relative surplus-value, sources of profit and magnified capital

¹ Professor Adjunto do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE (alcindo@ufpe.br)

accumulation. However, such discretionary instrumental market-oriented reasoning, following the fast-paced globalization processes, imposes limits to the making of a civilized city, a true human settlement where men may meet each other and live together. The norms and regulations imposed by the State and market alike have strengthened the visible and invisible walls of the Nation-states, of the *polis* and even households, thus generating post-modern conflicts, from which another *urbis*, and another civility conception may emerge.

Keywords: socio-spatial segregation, political economy, urban space

Introdução

Lembra-nos Raffestin (1993) que o limite, incluindo-se o limite/fronteira, são sistemas sêmicos, sinais, símbolos concretos que dependem energia e informação para serem criados e mantidos. Podem ser traçados tanto como demarcações rígidas entre sistemas relacionais de poder entre territórios dissimétricos (limites/fronteiras entre Estados-nação tradicionais, federações), ou como áreas em avanço por conquista de novos espaços de dominação, ou opressão (blocos econômicos, anexações territoriais militarmente) ou de conquista de cidadania (o avanço micro-territorial em geografias especulativas públicas e privadas por cidadãos em busca de feitura de espaços civilizados). Neste sentido, encaramos as desigualdades metropolitanas, em especial no Brasil, sob dois ângulos: como um emaranhado de “cidades desiguais” feitas e se fazendo, que fomentam o processo desigual de acumulação capitalista, tanto de cunho nacional quanto internacional; espaços com novos recortes, novas implantações técnicas, novas ligações e redes, sob os auspícios do Estado e das empresas flexíveis globalizadas, técnicas, científicas e informacionais *softwares*. Afinal, “as capitais e as fronteiras que também emergem, tal como foram concebidas, de códigos semânticos constituem articulações da linguagem da geografia do Estado. Pode-se dizer que as capitais são pontos-chave, da mesma forma que as *core areas* são regiões-chave. Mas, assim como as fronteiras, que deram lugar a múltiplas classificações, exprimem conformações, produtos de relações que só aparecem na problemática morfofuncional como resultados que mascaram com freqüência as relações de poder que as fizeram nascer”. Neste

sentido, visualizando os panoramas urbanos “regionais” brasileiros, descortinam-se relações de poder impingidos pelo mercado e pelo Estado nos quais estruturam-se espaços urbanos que combinam energia, estruturando-a em códigos em função de objetivos e estritas estratégias do lucro, relegando qualquer noção civilizada de cidade, de metrópole, qual seja, “um assentamento humano em que os estranhos tem chance de se encontrar [verdadeiramente]” (Sennet, apud Bauman, 2004). A essas metrópoles são estabelecidos limites, no contexto relacional estrito de uma divisão regional/nacional do trabalho na qual se pondera meros qualitativos instrumentais/geográficos pautados no novo e no velho (objetos territoriais “antigos” refuncionalizados e “modernos” funcionalizados), no Estado e no mercado (no nosso mundo globalizado, um Estado “incapacitado” de reagir aos sofrimentos coletivos básicos e um mercado “liberal”/liberado de responder aos chamados às responsabilidades sociais mínimas), no externo e no interno (os espaços nacionais crescentemente monitorados pela economia internacional), (Santos, 1992). São limites intranacionais. O outro ângulo de limite se fixa, para nós, no âmbito intrametropolitano. Afinal, será que as cidades, em particular no Brasil, expressam civilidade, tolerância entre estranhos? Se toda construção é construção social; se a casa faz também seus habitantes, infelizmente as morfogêneses espaciais criadas nas cidades brasileiras no espaço/tempo presente, vêm expressando mais a má política do que a boa, pois as imagens dos limites de vivências do território, por mais que sejam manipuladas, não nos ilude da estrutura profunda excludente da sociedade oligárquica e “pós-moderna”, *software*, brasileira. Isto fica bem cravado em qualquer casa, rua, bairro, praça, colégio, quarto, etc., esses assentamentos inanimados dos quais partilhamos, com seus muros cada vez mais altos, pregos, vidros, cerca elétrica, grades por todos os lados, cães-de-guarda, guaritas, câmeras, verdadeiros símbolos de imobilidade exalando o odor repugnante aos derrotados e fracassados por não se incluírem nas metrópoles globais como autênticos cidadãos, ou seja, a grande maioria da população brasileira, secularmente discriminada das formas mais vis. Todavia, lembrando-nos de Ortega y Gasset (2002), se o “mundo ou nossa vida possível é sempre maior que o nosso destino ou nossa vida efetiva”, vivemos num ambiente de possibilidades determinadas pelo Estado e mercado globais, no qual a circunstância da ideologia reinante do consumo nos transpõe sempre ao mundo de nossas vidas de

possibilidades individuais, quase ou nunca realizáveis, em um mundo prenhe de capacidades vitais. São essas capacidades que buscaremos desanuviar; as contra-racionalidades, das quais falava Milton Santos (1996) e que o momento histórico brasileiro parece querer nos mostrar, através das manifestações de outros recortes territoriais, que não os manipulados pelas intencionalidades dos poderes hegemônicos. Buscaremos focar o Brasil, em especial o Recife, como esse campo de força.

Limites

Ao se tornar **sapiens, faber, economicus e demens** (Morin, 2002) a humanidade forjou uma Geografia em ação. A mesma foi se espraiando através de nós irradiantes de redes e tessituras econômicas, sociais, políticas e culturais, que criaram e criam centralidades e marginalidades, unidades e diversidades territoriais/geográficas. Dentre os nós, a cidade se desponta como ponto luminoso, pois é nela que os homens buscam estabelecer laços de civilidade, de tolerância, mediados por relações sociais sincrônicas e diacrônicas sob os auspícios reguladores/normativos laicos ou teocráticos. Da Geografia da cidade-Estado ao Estado-cidade, podemos, sim, desanuviar a sociedade em movimento, suas progressões e regressões, pois é da *polis* com a sua *ágora*, seu *oikos*, que irrompem a política, a economia doméstica e as tessituras normativas, jurídicas e culturais, afinal, na cidade-Estado grega enquanto “a *polis* é o âmbito do político e do público, *oikos* é o âmbito do privado, o espaço em que o indivíduo age como membro de uma família e, como tal, defende seus interesses particulares, tendo deveres a cumprir em relação aos membros de sua família, às suas tradições e também em relação aos seus bens. Nesse sentido, como membro de uma família, o indivíduo insere-se em seu *oikos* como o cidadão em sua *polis* e assim pode-se dizer que o indivíduo está para o seu *oikos* como o cidadão está para a sua *polis*...Como a polis precisa de bons governantes, o oikos precisa de bons administradores” (Prado, in Xenofonte, p.XIV,1999).

O referido sistema sêmico/territorial, ao longo do espaço/tempo, tem se complexizado, pois as escalas das cidades, seus limites/fronteiras, foram sendo redefinidas em consonância com as mutações das formas/conteúdos espaciais, impressas pelas sociedades em dinamismo. Com o advento do sistema capitalista

e os avanços da racionalidade técnica-científica-instrumental, do mercado, da megamática burocrática, da divisão espacial e social do trabalho na escala do Estado-nação e do mundo, os nós, as centralidades e marginalidades das cidades vão se redefinindo, já que delas emanam comandos para o fazer interno e externamente a elas, no lastro do desenvolvimento desigual e combinado, base do lucro propulsor da dinâmica estrutural do capitalismo. Comandos públicos e privados que redefinem a produção mercadológica, da técnica, da ciência, da informação, da política, das geografias, enfim, do agir e do pensar humano, pois como alertam Morin, Dardell, Santos, o homem urbano faz a técnica (material e imaterial) e esta, espacializada, faz o homem. Daí, hoje, as cidades corporativas e fragmentadas; cidades pólos e periféricas; cidades fantasmas; cidades do medo. Cidades de gestão política nacional, cidades globais, cidades de serviços, cidades industriais, cidades financeiras, cidades totais. Cidades cada em demasia carentes de *ágoras* e cada vez mais densas na filosofia da administração do *oikos*. Cidades nacionais e globais que se dosam, de maneira crescente, pelo meio técnico-científico-informacional privado para sugar a mais-valia do trabalho sediado nas “capitais” regionais e sedes locais. Tudo num jogo relacional de poder e de posse que muda constantemente as fronteiras interurbanas e intraurbanas nacionais.

Segundo Raffestin (1993,pp.190-194) foi e é muito comum na Geografia Política clássica definir “a capital em relação ao Estado e à sua estrutura unitária e federalista”. É um método que tem uma lógica, todavia a capital não é um “a priori...A capital é a expressão, com duração mais ou menos estável, de uma representação política. A capital, ao simbolizar a centralidade de uma configuração política, ao mesmo tempo estabelece uma marginalidade, completa ou de parte daquilo que a contorna...a centralidade pode ser política, econômica e cultural, mas também pode ser só política, só econômica ou apenas cultural”, todavia, “tanto a centralidade política, econômica e cultural como a marginalidade se expressam por intermédio de uma ou várias cidades...A capital está pois, com frequência, na origem de uma mais-valia espaço-temporal, uma vez que devora o espaço e o tempo social das outras regiões, impondo seus códigos. Esse controle dos códigos é realizado pelos atores sintagmáticos, que combinam suas estratégias a partir da capital. Mais-valia espacial, pois a capital impõe espaços com a ajuda de seus códigos, e mais-valia temporal, pois a capital obriga as

outras a trabalharem seus códigos, a utilizá-los por um tempo cada vez maior. Assim, a capital desvaloriza a informação da marginalidade, impondo a centralidade, isto é, a sua. O que é preciso estudar, então, caso a caso, são os fenômenos de difusão que determinam essas mais-valias. Eles podem adquirir as mais diversas formas”.

Ora, do litoral ao sertão, do tempo colonial ao pós-moderno em processo, a história do Brasil é feita de centralidades e marginalidades urbanas. De centralidades marginais do período colonial mercantil, nossas cidades parecem vivenciar centralidades que criam marginalidades no contexto do Estado-nação moderno, até desaguar no que hoje parece ser, novamente, centralidades marginais do capitalismo global. Ou seja, na era mercantil Portugal impunha códigos espaço/temporais, criando cidades litorâneas mediadoras da extração de uma mais-valia espacial, calcada na casa grande/senzala, engenho/cidade/porto/Europa. No âmago do Brasil Império e República, novos códigos são elaborados a partir das novas centralidades, tendo a capital do país um papel singular, pois dela emanam representações de interesses econômicos e políticos não meramente externos, mas também de uma elite nacional. Do Rio de Janeiro a Brasília, estabelece-se a centralidade de uma configuração política que integra paulatinamente o território nacional numa rede do monitoramento político/administrativo que embasa uma “mais-valia espaço-temporal, uma vez que devora o espaço e o tempo social das outras regiões, impondo seus códigos”. No caso específico do território brasileiro, hoje, em virtude das altas densidades técnicas-científicas-informacionais estabelecidas historicamente, consoante com as diversas divisões espaciais e sociais do trabalho, temos a centralidade política em Brasília, a centralidade econômica e cultural em São Paulo e algumas cidades “adjacentes”. Assim sendo, “tanto a centralidade política, econômica e cultural como a marginalidade se expressam por intermédio de uma ou várias cidades”. É como podemos entender os diversos níveis de desenvolvimento regional e urbano no país, seus limites e possibilidades, ainda mais em períodos de globalização em que as cidades são obrigadas a incorporar as centralidades dos comandos das empresas planetárias. Mas seja no plano econômico ou político “a capital desvaloriza a informação da marginalidade, impondo a centralidade, isto é, a sua” (Raffestin, 1993), pois “o papel profundamente corruptor do dinheiro corporativo na vida política não é a única questão polêmica. Há também a crise urbana, um

abismo de classe exacerbado pelo livre comércio e pela mobilidade do capital, graves desigualdades de distribuição de renda entre os países industriais [também entre os periféricos e seus desníveis inter-regionais e interurbanos], uma crise racial que se coloca como um problema de lei e ordem, a 'guerra civil cultural' entre fundamentalistas e liberais, e o crescente poder das forças armadas (Bello,p.21).

Observando alguns dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife (2005), podemos visualizar, considerando diversos níveis de renda, o quanto as cidades brasileiras são dissimétricas, fato bem marcado nos seus territórios, não só os do fazer obedientes aos ditames econômicos capitalistas, mas, sobretudo, os do sobreviver as suas desordens discricionárias. Considerando as diferenças inter-regionais, Campinas, em São Paula, dada a sua inserção nas redes da economia global, tem uma renda per capita de R\$ 620,00 , quase o dobro da Capital Recife-PE, com um montante de R\$ 392,46,00, a maior do NE e quase três vezes superior a de Terezina/PI, estimada em R\$ 250,00. Mesmo no plano regional periférico, há diferenças expressivas na renda per capita das capitais nordestinas, cabendo ao Recife o 1º lugar e Maceió e Terezina os últimos níveis. Esses dados são expressivos de uma tremenda extração de mais-valia espacial e mais-valia temporal. Espacial porque é ainda na Região Sudeste, especialmente em São Paulo e Campinas que se concentram as áreas luminosas do meio técnico-científico-informacional; e também é nessa região que se encontra a regulação do relógio nacional do capital financeiro. Assome-se a isso, a regulação rígida de Brasília em prol da flexibilização produtiva e de relações sociais a seu favor.

Todavia, Recife, apesar de dotar-se da maior renda per capita no NE, é a capital que apresenta os maiores desníveis intra-regionais. Mirando a tabela da Unidade de Desenvolvimento Humano (ver abaixo), inclusa no Atlas do Desenvolvimento Humano de Recife (2005), “anel central do Recife”, com dados referentes a 2000, vislumbra-se para o Bairro de Boa Viagem/Pina – Orla Herculano Bandeira, uma renda per capita de R\$ 1 863,64, três vezes maior que a de Campinas-SP e vinte vezes maior que a do território da Ilha Joana Bezerra, com renda per capita de R\$ 86,15, situada no Bairro de São José e vizinho a Boa Viagem. Neste Atlas do Desenvolvimento humano também ficou patente que ao se transpor da Ilha do Retiro, com renda per capita de R\$ 1.103,31 para a vizinha

Ilha do Leite com R\$ 86,15, o limite fronteira de uma rua vem indicar uma diferencial de perspectiva média de vida de 15 anos.

UDH do "Anel central" do Recife	Renda per Capita, 2000
BOA VIAGEM / PINA - Orla, Av. Herculano Bandeira	1.863,64
GRAÇAS / AFLITOS / DERBY / ESPINHEIRO	1.571,28
BOA VIAGEM - Shopping	1.347,19
BOA VIAGEM - Setúbal	1.163,14
MADALENA / ILHA DO RETIRO / PRADO	1.103,31
ENCRUZILHADA / HIPÓDROMO / ROSARINHO / TORREÃO	893,14
BOA VISTA / ILHA DO LEITE / PAISSANDU	868,61
TORRE / ZUMBI	761,91
SANTO AMARO / SOLEDADE - Vilas Naval e Operária	615,74
IMBIRIBEIRA - Lagoa Araçá, Mascarenhas de Morais	570,76
IPSEP - Av. Jean Emile Favre, Av. Recife	422,33
BOA VIAGEM - Zeis: Entra-Apulso e Ilha do Destino	355,50
MADALENA / TORRE - Zeis: Sítios Cardoso e Berardo	243,01
PINA - Zeis: Pina/Encanta Moça e Ilha de Deus	179,51
IMBIRIBEIRA - Zeis: Sítio Grande e Aritana	169,99
RECIFE CENTRO - Zeis Coelhos / AP Comunidade Pilar	168,85
BRASÍLIA TEIMOSA / PINA - Zeis Brasília Teimosa	161,78
SANTO AMARO - Zeis: Santo Amaro e João de Barros	105,22
ILHA JOANA BEZERRA / SÃO JOSÉ - Zeis Coque	86,15
Média Recife	392,46

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife

UDH do "Anel Periférico" do Recife	Renda per Capita, 2000
IBURA - Av Dom Hélder Câmara, Vila do Sesi	215,11
VÁRZEA / CAXANGÁ - Zeis Rosa Selvagem	187,10
COHAB - UR's 1, 2 e 3	179,38
CURADO / COQUEIRAL / TOTÓ - Zeis Cavaleiro	175,70
APIPUCOS / DOIS IRMÃOS / S.DOS PINTOS / GUABIRABA	170,26
IBURA / JORDÃO - Zeis Alto da Jaqueira	168,44
ALTO JOSÉ DO PINHO / MANGABEIRA - Zeis C. Amarela	157,83
BEBERIBE / LINHA DO TIRO - Zeis Casa Amarela	148,68
CÓRREGO DO JENIPAPO / MACAXEIRA - Zeis C. Amarela	144,57
CURADO / JARDIM S.PAULO - Zeis Planeta dos Macacos	142,73
VASCO DA GAMA - Zeis Casa Amarela	141,47
STA. TERESINHA / B. HEMETÉRIO - Zeis Casa Amarela	139,10
COHAB - AP Lagoa Encantada e Monte Verde	134,27
IBURA / JORDÃO - Zeis Ibura/Jordão	127,31
COHAB - AP UR's 10, 4, 5 / R Francisco Vitoriano	127,03
ALTO J.BONIFÁCIO / MORRO CONCEIÇÃO - Zeis C.Amarela	126,32
DOIS UNIDOS - Zeis: Dois Unidos e Linha do Tiro	122,89
ÁGUA FRIA / FUNDÃO - Zeis: C. Amarela e Fundão Fora	113,05
COHAB - Zeis UR 5/Três Carneiros	108,98
NOVA DESCOBERTA - Zeis Casa Amarela	106,57
BARRO - Zeis Tejió / Pacheco e Vila dos Milagres	100,17
BREJOS: DA GUABIRABA e DE BEBERIBE - Zeis C. Amarela	95,30
Médial Recife	392,46

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife

UDH do "Anel Periférico" do Recife	Renda per Capita, 2000
IBURA - Av Dom Hélder Câmara, Vila do Sesi	215,11
VÁRZEA / CAXANGÁ - Zeis Rosa Selvagem	187,10
COHAB - UR's 1, 2 e 3	179,38
CURADO / COQUEIRAL / TOTÓ - Zeis Cavaleiro	175,70
APIPUCOS / DOIS IRMÃOS / S.DOS PINTOS / GUABIRABA	170,26
IBURA / JORDÃO - Zeis Alto da Jaqueira	168,44
ALTO JOSÉ DO PINHO / MANGABEIRA - Zeis C. Amarela	157,83
BEBERIBE / LINHA DO TIRO - Zeis Casa Amarela	148,68
CÓRREGO DO JENIPAPO / MACAXEIRA - Zeis C. Amarela	144,57
CURADO / JARDIM S.PAULO - Zeis Planeta dos Macacos	142,73
VASCO DA GAMA - Zeis Casa Amarela	141,47
STA. TERESINHA / B. HEMETÉRIO - Zeis Casa Amarela	139,10
COHAB - AP Lagoa Encantada e Monte Verde	134,27
IBURA / JORDÃO - Zeis Ibura/Jordão	127,31
COHAB - AP UR's 10, 4, 5 / R Francisco Vitoriano	127,03
ALTO J.BONIFÁCIO / MORRO CONCEIÇÃO - Zeis C.Amarela	126,32
DOIS UNIDOS - Zeis: Dois Unidos e Linha do Tiro	122,89
ÁGUA FRIA / FUNDÃO - Zeis: C. Amarela e Fundão Fora	113,05
COHAB - Zeis UR 5/Três Carneiros	108,98
NOVA DESCOBERTA - Zeis Casa Amarela	106,57
BARRO - Zeis Tejió / Pacheco e Vila dos Milagres	100,17
BREJOS: DA GUABIRABA e DE BEBERIBE - Zeis C. Amarela	95,30
Médial Recife	392,46

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife

Por isso, repetimos: o limite, incluindo-se o limite fronteira, são sistemas sêmicos, sinais, símbolos concretos que dependem energia e informação para serem criados e mantidos. Para a “elite voadora” (Bauman, 2006) local/global, este limite tem sido traçado de modo cada vez mais rígido e com custos

altíssimos. São bairros e condomínios fechados monitorados por vigilância Estatal e privada com todo um aparato técnico, científico e informacional que demanda altos investimentos e manutenção a preços elevados.

Mas se considerarmos esses limites como fronteira móvel de um “povo lento” em busca de saídas à opressão, miséria, em suma, em busca de condições cidadãs mínimas, percebemos que, no Brasil, elas têm sido cada vez mais móveis e dinâmicas. São espaços de resistência, contra-poderes, nas favelas estabelecidas; são espaços em avanço, quando do domínio à força de áreas na mira da especulação imobiliária privada e Estatal; são espaços que abalam as normas do *status quo*, na medida em que jovens de forma atabalhoada ou não, alienada ou não, infringem agressões ao Estado de Direito no Estado do Direito Privado cada vez mais privatista, quando implantam as territorialidades do medo na cata de dinheiro para o consumo legal e ilegal.

Enfim, considerando o capitalismo seletivo em rede, territorialmente estabelecido no Brasil nas suas capitais centrais, periféricas, e periferias de uma capital periférica, inferimos o quanto existe quase um “determinismo” especial/econômico na condição humana de um brasileiro. Tendo em conta Recife, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, levantados por Ferreira (2006), em dissertação recente defendida, e os de renda per capita já expressos no Atlas de Desenvolvimento Humano de Recife (2005), podemos observar que nos Bairros de Água Fria/Fundão e Santo Amaro (ver tabelas acima), com rendas médias respectivas de R\$ 113,04 e R\$ 105,22, foram os bairros que mais deram origem a criminalidade em Recife, com índices respectivos de 13,9% e 11,5%. Atentando-se ao bairro de Santo Amaro, 74% envolveram-se com assaltos, 13,0% com homicídios, 4,3% com tráfico de drogas, 4,3% com atentados violentos ao pudor, 4,3% com formação de quadrilha. No que toca a faixa etária dos presidiários deste mesmo bairro, 78% situam-se entre 18 e 29 anos, entre 30 e 34 13,3% e 8,7 entre 35 e 39 anos. Escolaridade: 9,0% são analfabeto, 43,1% possuem o fundamental maior incompleto, 30,5% o fundamental menor, ou seja, quase todos semi-analfabetos. Ou seja, esses parias segregados social e espacialmente são frutos de uma sociedade que sempre “suprime perspectivas de vida dignas”. Essas supressões induzem aos mesmos entrarem tanto em cárceres externos aos presídios (casas gradeadas, muros, cercas elétricas, cães de guarda, vigilância privada) quanto em cárceres internos

aos presídios (pavilhões “disciplinares”, de crimes hediondos, etc.), quando não, na supressão de suas próprias vidas, através do estabelecimento da lei de Linch; de um linchamento coletivo embasado em um contexto histórico e geográfico sob a égide de um capitalismo que foi liberado da necessidade de responder aos chamados às responsabilidades sociais mínimas e de um Estado incapacitado de reagir aos sofrimentos coletivos básicos, já que submetido ao jogo do mercado frio e calculista, lembrando-nos de uma passagem em um livro de Bauman (2006)

Possibilidades

Isto tudo me faz refletir que o homem na terra, historicamente, ao ousar dominar as suas intempéries naturais e construir geografias verdadeiramente humanas e livres, procurou sair das cavernas físicas e mentais, traduzidas na ignorância e na barbárie, descobrindo e desenvolvendo o pensamento racional que desaguou na criação da *polis*, da cidade como “assentamento humano em que os estranhos têm chance de se encontrar” (Sennet, apud Bauman, 2004). Todavia, ao nos reportar a este tempo de sombras e de medo em Recife e no Brasil, inferimos que a razão humana tornou-se meramente instrumental; manipulada simplesmente na feitura, busca, gerência e posse de coisas materiais, sem ponderar padrões éticos e moralmente justos às suas conquistas; é a razão do tudo pode, da competição mesquinha, sem nenhum apego à lógica de que civilidade é, acima de tudo, tolerarmos o peso da diferença do outro. Por isso Recife, São Paulo, Campinas, descambam para a selvageria, pois os incluídos socialmente já não toleram o peso da pobreza traduzido em parias que, à força, querem o pertencimento ao reino do consumo racional globalizado; ao mesmo tempo, esses “parias”, em grande medida, carentes não apenas do básico à sobrevivência (comida, saúde), mas de qualquer referência de cidadania, não suportam o peso da indiferença dos que podem e se lançam na demência do crime violento, buscando saciarem-se de objetos impostos pelo mercado.

Neste cadinho as cidades brasileiras, e em especial Recife, parecem vivenciar um impasse: as elites e a classe média não cedem rateios de renda e se fecham nos seus condomínios; a maioria da população pobre se tranca ou é obrigada a se trançar nos guetos e seus oikus. A convivência na classe média - quando há - agora é cada vez mais virtual e os vínculos de solidariedade quase

inexistentes. Na periferia as solidariedades também são gueticizadas, com lastros comunitários de etnicidade ou tribais. Enfim, depois da razão (virtual) ter triunfado e vivermos uma pós-modernidade na qual todas as tribos buscam comungar (pelo menos pelo celular e Internet), paradoxalmente, nunca fomos tão carentes de cavernas. Na disputa entre liberdade e segurança, nossas cidades parecem ter optado pela segurança (de preferência bem treinada e armada). Ao invés de praças, parques, ruas, calçadas, cafés e bares ao ar livre, espaços civis e civilizados, dispomos cada vez mais de **geografias cavernosas** dos **shopings**, cinemas, discotecas, bares fechados, parques temáticos, **resorts**, escolas vigiadas, camarotes **vips**; ou seja, à luz de toda sapiência humana, uma regressão à exclusão, à segregação e à escuridão. O problema da violência em Recife e em outros territórios do Brasil é multifacetado; traduz uma mix de casa grande/senzala, condomínio fechado/favela, pontos e redes seletivas para encontros de novas e velhas tribos. Mas apesar de toda esta geografia exposta e vivida demonstrar os seus equívocos, relutamos em transformá-la, pois paralelamente à força racional e eficiente do mercado calculista globalizado, naturalizamos as suas desumanidades e fingimos ignorar o papel que deve ter o Estado e todas as suas instituições, em especial, as de educação, saúde e segurança, enfim, todas essas mediações sociais capazes de imprimir na consciência dos indivíduos uma nova Paidéia, uma nova educação onde a ética e a civilidade voltem a reinar.

BIBLIOGRAFIA

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO RECIFE, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Jorge Zahar Editor, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. Europa: uma aventura inacabada. Jorge Zahar Editor, 2006.

BELLO, Walden. Desglobalização. Idéias para uma nova economia mundial. Petrópolis-RJ : Ed. Vozes, 2003.

CORNEL, Elias. A Arquitetura da Relação Cidade Campo. Brasília : Ed. ALVA Ltda, 1998.

FERREIRA, Raimundo José. Por uma Geografia do Cárcere. Territorialidades nos pavilhões no Presídio Aníbal Bruno, Recife-PE. Dissertação de Mestrado do Departamento de Ciências Geográficas, CFCH-UFPE, 2006.

MORIN, Edgar. O Método 5. A Humanidade da Humanidade. A Identidade Humana. Porto Alegre : Sulina, 2002.

ORTEGA Y GASSET, José. A Rebelião das Massas. São Paulo : Martins Fontes, 2002.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo : Ed. Ática, 1993.

SANTOS, Espaço e Método. São Paulo : Nobel, 1992.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo : Ed. HUCITEC, 1996.

XENOFONTE. Econômico. São Paulo : Martins Fontes, 1999.